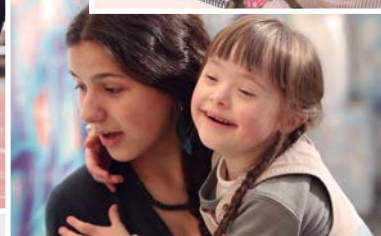
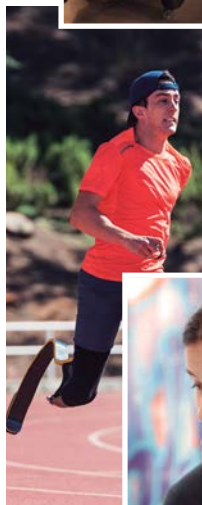
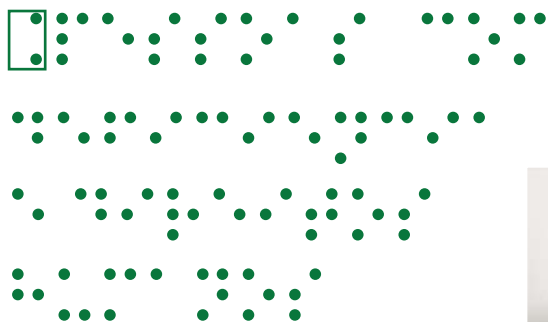


# Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos



Acesse via QRcode.  
**Ouçá o áudio**  
e assita ao  
**vídeo em libras**

Realização



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



NUPED | DEFENSORIA PÚBLICA  
Núcleo de Atendimento  
à Pessoa com Deficiência

Apoio

**CEJUR**  
Centro de Estudos Jurídicos  
Defensoria Pública - RJ



**Fesudeperj**





Segundo o Censo 2010, o Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que representa 23,9% da população nacional.



No mundo, são mais de 1 bilhão de pessoas.

# Breve histórico da proteção das pessoas com deficiência

## Modelo da Prescindência

Entendia-se que a sociedade “prescindia” das pessoas com deficiência. Elas eram eliminadas, mortas (eugenia) ou marginalizadas, excluídas da sociedade.

## Modelo Médico

Buscava-se “**normalizar**” as pessoas com deficiência. A deficiência era vista como um problema individual da pessoa, incapaz de enfrentar a sociedade. O “problema” estava no indivíduo. Dá ensejo aos serviços de assistência social, à educação especial e aos benefícios de reabilitação médica e das cotas laborais.

## Modelo Social (ou de Direitos Humanos)

Busca a **INCLUSÃO** das pessoas com deficiência. A deficiência é vista como um problema social. O “**problema**” está na sociedade.

É uma experiência resultante da interação entre as características corporais do indivíduo e as condições da sociedade em que ele vive, que é pouco sensível à diversidade corporal.

**A sociedade é corresponsável pela inclusão das pessoas com deficiência.**

No lugar da abordagem médica deve ser feita uma **abordagem biopsicossocial**.

Além de um problema social, a **deficiência passa a ser considerada uma questão de Direitos Humanos.**

Os Direitos Humanos são os direitos considerados indispensáveis para a vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Assim, nesse modelo, as pessoas com deficiência são, antes de tudo, encaradas como seres humanos. Deve-se garantir às mesmas **o exercício de todos os direitos sem qualquer discriminação.**

Não se trata mais de exigir da pessoa com deficiência que esta se adapte, mas sim que a sociedade e o Estado a trate de modo a assegurar a igualdade, eliminando as barreiras à sua plena inclusão.

## **Como garantir a inclusão?**

**Direito à saúde**  
coberturas especializadas e necessárias ao tratamento.

**Direito à educação**  
sistema educacional inclusivo ou de educação especial para aqueles que não possam incorporar-se ao primeiro.

**Direito ao trabalho**  
garantia de acesso ao emprego sem exploração.

**Direito à cultura**  
acesso a museus, parques, jardins, cinemas, teatros etc.

**Acesso à justiça**  
reconhecimento de sua igualdade perante a lei.

# Nomenclatura

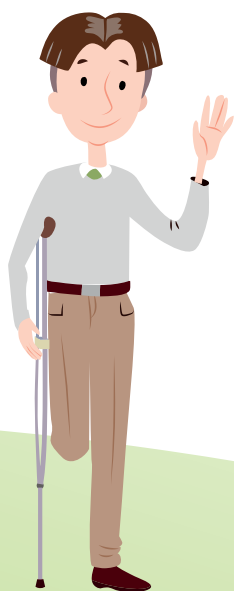
O uso do termo correto é importante para afastar estigmas e atitudes discriminatórias, além de reforçar a autoestima daquelas pessoas que sempre foram excluídas até no uso da linguagem.

**Deficiente:** toma a parte pelo todo, define a pessoa por algo que é apenas uma de suas características.

**Portador de deficiência:** também já não é mais utilizado, pois as pessoas não portam deficiências. Portar dá uma ideia de carregar consigo (por exemplo: portar uma bolsa ou uma arma).

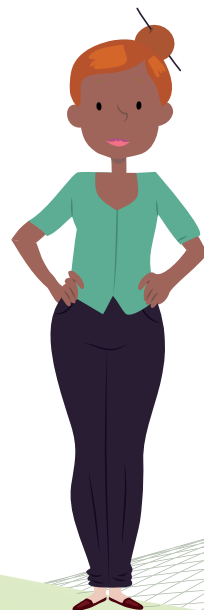
**Portador de (ou pessoa com) necessidades especiais:** não define o grupo de pessoas com deficiência, pois todos nós temos necessidades especiais, de acordo com a idade, sexo, situação de saúde etc.

**Sendo assim, desde a aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Assembleia Geral da ONU, em 13 de dezembro de 2006, devemos utilizar:**



PESSOA SEM  
DEFICIÊNCIA

PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA



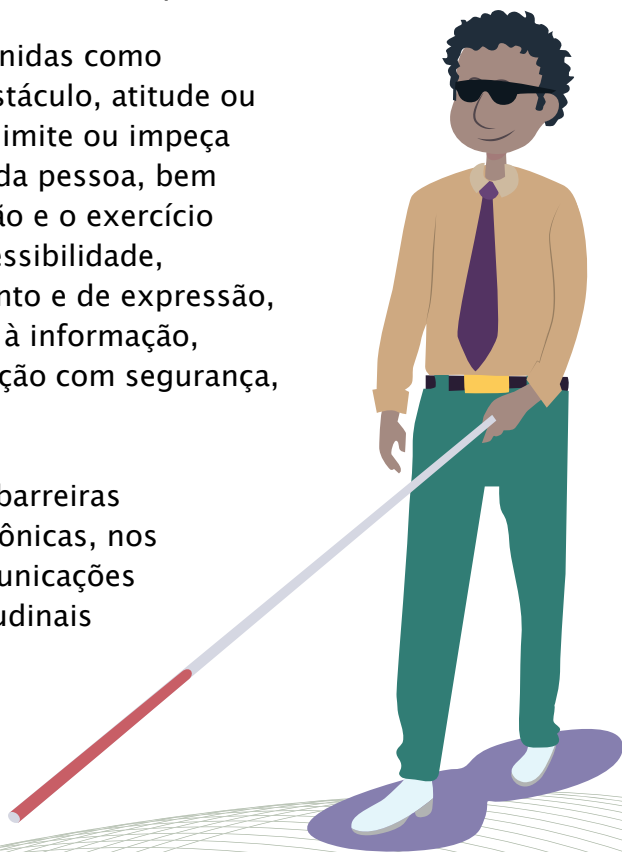
# Conceito de pessoa com deficiência

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) estabelece:

Artigo 2º: “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

As **barreiras** são definidas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, liberdade de movimento e de expressão, comunicação, acesso à informação, compreensão, circulação com segurança, entre outros.

São classificadas em barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas.



# Deficiência = Impedimento X Barreiras

Se uma pessoa cadeirante chega a um ambiente com rampas e com pessoas capacitadas, seu nível de deficiência, naquele momento, é nenhum.



**Impedimento 10 x Barreiras 0 = Deficiência 0**

Mas em um ambiente sem rampas, a deficiência se torna uma limitação para aquela mesma pessoa.



**Impedimento 10 x Barreiras 10 = Deficiência 100**



Uma pessoa surda que assiste a uma aula ou palestra em um ambiente com intérpretes de LIBRAS e com pessoas capacitadas também não sofre qualquer limitação em razão da sua deficiência.



Impedimento 10 x Barreiras 0 = Deficiência 0

Porém, se não há intérpretes de LIBRAS disponíveis, a situação é diferente.



Impedimento 10 x Barreiras 10 = Deficiência 100

# O que é ter deficiência?

Hoje, a lista de deficiências está prevista no Decreto nº 5.296/94. Essa norma segue o modelo médico e traz um rol fechado, sendo contrário, portanto, à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e à LBI. A LBI ainda precisa ser regulamentada para definir melhor a avaliação da deficiência segundo o modelo de Direitos Humanos.

Mas, como já sinalizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, já se pode afirmar que **“a determinação de se alguém pode ser considerado uma pessoa com deficiência depende de sua relação com o meio ambiente e não responde apenas a uma lista de diagnósticos”**.



# Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

É o primeiro tratado internacional de Direitos Humanos internalizado no Brasil com status de Emenda Constitucional como prevê o artigo 5º, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988.

## Princípios inspiradores:

- **Respeito à dignidade, à autonomia individual para fazer as próprias escolhas e à independência pessoal;**
- **Não-discriminação;**
- **Plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;**
- **Respeito às diferenças e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana;**
- **Igualdade de oportunidades;**
- **Acessibilidade;**
- **Igualdade entre o homem e a mulher;**
- **Respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito dessas de preservar sua identidade.**

# Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Trata-se da Lei nº 13.146/15, que organiza em uma única lei direitos que estavam dispersos em outras leis, decretos e portarias.

Regulamenta internamente alguns temas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, como a capacidade civil, curatela e tipificação criminal da discriminação, seguindo o norte por ela traçado.

A Lei Brasileira de Inclusão segue a diretriz da Convenção, destacando ser a proteção das pessoas com deficiência uma questão de **Direitos Humanos**, consagrando o **modelo social**, o paradigma da inclusão e a nomenclatura **pessoa com deficiência**.

## A Defensoria Pública e as pessoas com deficiência

A **Defensoria Pública** é uma instituição cuja função é oferecer, de forma integral e gratuita, assistência e orientação jurídica aos cidadãos e às cidadãs que não possuem condições financeiras de pagar as despesas desses serviços. Além disso, **promove a defesa dos Direitos Humanos e dos direitos individuais e coletivos de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade**.



## **Defensoria Pública Estadual**

**Atende assuntos relacionados à Justiça Estadual, tais como:**

- ✓ Cível (inventário, aluguel, indenização, vizinhança, posse, registro de imóvel etc.)
- ✓ Família (pensão alimentícia, guarda, divórcio, DNA, adoção, união estável, registro civil etc.)
- ✓ Defesa do Consumidor
- ✓ Fazenda Pública (medicamentos, moradia, educação, impostos, multas etc.)

## **Defensoria Pública da União**

**Atende assuntos relacionados à Justiça Federal, tais como:**

- ✓ Caixa Econômica Federal
- ✓ INSS
- ✓ Forças Armadas
- ✓ Criminal (crimes federais)
- ✓ Direitos Humanos (aspectos federais)
- ✓ Outros órgãos federais

## **NUPED – Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência**

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro possui um órgão especializado para atender as pessoas com deficiência, o NUPED – Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência.

O NUPED tem atribuição para receber comunicações de desrespeito à pessoa com deficiência ou doença crônica em situação de vulnerabilidade, assim como por promover as medidas cabíveis para a defesa de seus direitos, inclusive a propositura de todas as ações necessárias para evitar ou coibir lesão ou ameaça a direito estabelecido na legislação, em especial previstos na LBI.

Além disso, a Defensoria Pública conta com uma ampla rede de atendimento em todo o Estado, por meio dos Núcleos de Primeiro Atendimento, nos quais a pessoa com deficiência tem o direito a ser atendida com prioridade, nos termos do artigo 9º, II, da LBI.



## **Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos**

**2018**

### **Idealização e texto**

Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência

### **Edição e projeto gráfico**

Diretoria de Comunicação da DPRJ

### **Fotos**

Jaqueline Banai

### **Ilustrações**

Adriano Renzi



## Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

www.defensoria.rj.def.br

Av. Marechal Câmara, nº 314, Centro, Rio de Janeiro/RJ

## Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência – DPRJ

Av. Rio Branco, 147, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ

(21) 2332-6342, (21) 2332-6243 ou (21) 2332-6186



**CRC**

Central de Relacionamento  
com o Cidadão

**129**

ou acesse:

<http://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/Atendimento-On-line>



**OUVIDORIA**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



**0800 282 2279**



[defensoria.rj.def.br](http://defensoria.rj.def.br)



[/OuvidoriaDefensoriaRJ](https://www.facebook.com/OuvidoriaDefensoriaRJ)

### Outros órgãos

#### Defensoria Pública da União

www.dpu.def.br

Avenida Presidente Vargas, nº 62, Centro, Rio de Janeiro/RJ

(21) 2460-5000

#### Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

www.mprj.mp.br

Ouvidoria: 127

Av. Marechal Câmara, nº 370, Centro, Rio de Janeiro/RJ

(21) 2550-9050

#### Conselho Estadual para a Política de Integração da Pessoa com Deficiência – CEPDE-RJ

Praça Cristiano Ottoni, s/nº, sala 645, Prédio Central do Brasil, Centro,  
Rio de Janeiro/RJ

[cepderj@gmail.com](mailto:cepderj@gmail.com)

(21) 2333-5595

#### Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência – CIAD

Av. Presidente Vargas, nº 1997, Centro, Rio de Janeiro/RJ

(21) 2242-7700 e 2252-4888

Realização



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



**NUPED** Núcleo de Atendimento  
à Pessoa com Deficiência

Apoio



**Fesudeperj**